

Editorial

O dossiê *Gênero, Justiça e Desigualdades: Debates Emergentes no Brasil e no México* nasce de uma parceria acadêmica entre pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e da Universidad Autónoma de Nuevo León (UANL). Essa colaboração interinstitucional resulta de um processo contínuo de trocas intelectuais, diálogos críticos e cooperação científica comprometida com a produção de conhecimento sobre gênero e direitos humanos nos dois países.

Ao reunir quinze artigos originais, o dossiê oferece uma visão abrangente e comparativa sobre os desafios contemporâneos relacionados às desigualdades de gênero, aos mecanismos de justiça e às políticas públicas voltadas à proteção e promoção de direitos. Os textos, desenvolvidos por autoras e autores brasileiros e mexicanos, dialogam com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, evidenciando a complexidade comum às realidades latino-americanas.

Abrindo a coletânea, *Violencia familiar y estereotipos de género: estructuras simbólicas de subordinación de la mujer* discute como estereótipos de gênero moldam relações domésticas e legitimam práticas de violência tanto no México quanto no Brasil, reforçando estruturas simbólicas de subordinação.

Na sequência, *Aplicação das Diretrizes do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero em processos administrativos disciplinares* analisa o impacto da Nota Técnica n. 1869/2024 da Controladoria-Geral da União na Administração Pública Federal brasileira, destacando avanços e tensões em casos de assédio e discriminação.

O artigo *Prejuicios generacionales con perspectiva de género en la seguridad pública* revisita o papel histórico da mulher na sociedade mexicana, relacionando passado colonial, transformações sociais e desafios atuais em matéria de segurança pública.

O texto *A importância da representatividade das mulheres nos espaços públicos: a possibilidade de “democratização” da democracia pelo caminho da alteridade* articula epistemologias decoloniais para mostrar como a presença de mulheres em espaços institucionais amplia horizontes democráticos e fortalece o princípio da igualdade.

Em *Análisis estadístico de violencia contra la mujer en el ámbito escolar, México*, os autores apresentam um diagnóstico quantitativo sobre violência no ambiente escolar em distintos períodos, comparando dados pré-pandemia e durante a pandemia de COVID-19.

O sexto artigo, *A omissão legislativa e a desigualdade de gênero na Constituição Federal de 1988*, discute como lacunas normativas comprometem a efetividade dos direitos fundamentais das mulheres e perpetuam desigualdades no ordenamento jurídico brasileiro.

O texto *La violencia obstétrica en México* aprofunda a análise da violência obstétrica como violação institucional e estrutural dos direitos das mulheres, examinando causas, manifestações e repercussões para a saúde pública.

Em seguida, *Igualdad formal vs. desigualdad material: análisis de las políticas mexicanas frente a la discriminación laboral por razón de género* avalia a eficácia das políticas públicas mexicanas entre 2015 e 2025, contrastando igualdade jurídica e desigualdades concretas no mercado de trabalho.

O artigo *O paradoxo dos direitos humanos das mulheres: desafios enfrentados no Brasil* percorre marcos históricos e analisa, sob perspectiva interseccional, os desafios para a efetivação dos direitos humanos das mulheres no Brasil.

O estudo *Inclusão ou ilusão? Avanços e desafios das cotas de gênero no Brasil* examina as cotas eleitorais como mecanismo de fortalecimento da participação feminina, abordando resistências institucionais e avanços na consolidação da representatividade.

Em *Perspectiva para o atendimento público integral às vítimas de violência sexual*, as autoras analisam processos de revitimização e propõem um modelo de rede integrada de atendimento, apoiado em mudanças legislativas recentes e experiências práticas exitosas.

Outro texto central do dossiê, *Teoria da reprodução social, interseccionalidade e justiça reprodutiva: reflexões sobre a pauta do aborto como direito humano das mulheres*, tensiona visões teóricas contemporâneas sobre autonomia corporal, cuidado, desigualdade e direitos reprodutivos.

Editorial

O artigo *O ambiente escolar como espaço de corpos(visibilidades) de luta contra violências a estudantes LGBTQIAPN+* enfatiza a necessidade de ambientes educacionais seguros e inclusivos, discutindo estratégias de enfrentamento à violência e promoção da diversidade.

O texto *Saúde mental dos servidores da polícia técnico-científica de Goiás e o adoecimento sob a perspectiva de gênero* apresenta resultados importantes sobre desigualdades que atravessam o trabalho policial científico e impactam o adoecimento de servidores.

Por fim, o artigo *Mulher migrante forçada e identidade: invisibilidade e desafios para a efetivação de direitos no Brasil*, de Carolina Soares Hissa e Elson Santos Silva, encerra o dossiê ao abordar a condição das mulheres migrantes forçadas no contexto brasileiro. O texto discute como processos de deslocamento, vulnerabilidade estrutural, apagamento identitário e barreiras institucionais produzem múltiplas camadas de invisibilidade, comprometendo o acesso a direitos e a participação cidadã. A partir de uma análise sensível e crítica, as autorias evidenciam tensões entre políticas migratórias, desigualdades de gênero e mecanismos de proteção, ampliando o horizonte teórico e empírico do debate sobre justiça e direitos humanos no Brasil contemporâneo.

Reunidos sob a temática central do dossiê, os artigos demonstram como Brasil e México compartilham desafios estruturais relacionados ao gênero, à justiça e às desigualdades. As contribuições aqui apresentadas oferecem interpretações inovadoras, dados relevantes e debates emergentes que fortalecem agendas acadêmicas e políticas públicas voltadas à construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a equidade.

Boa leitura.